

**UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE:
A HERANÇA COLONIAL DA AMÉRICA LATINA
— ENSAIOS DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA
DE STANLEY STEIN E BÁRBARA STEIN**

Maria Lucia Brentano*

Por que, apesar de seus recursos naturais, vastos, a América Latina com tecnologia e capital externo não conseguiu deixar de ser dependente e subdesenvolvida?

“O vasto reino da Nova Espanha, cultivada com cuidado, produziria sozinho, tudo o que o restante do mundo produz: açúcar, corantes, cacau, café, trigo, cânhamo, linho, seda, azeite e vinho. Poderia, ainda, fornecer todos os metais, inclusive mercúrio”¹.

A pergunta acima é para ser respondida longamente. Existem muitas causas, e a principal barreira para impedir as respostas que nos levam à verdade está justamente na manipulação de uma onda de saudosismo ou de ufanismo que alguns historiadores clássicos, ligados ferrenhamente ao seu “status”, oriundo de uma **herança colonial**, criaram, descrevendo fenômenos que estavam longe da verdade... E toda a posição mais crítica, representava para as décadas próximas, como antipatriótica, desvalorizadora de nossas origens. Talvez, o caso Mexicano seja um pouco diferente, onde os trabalhos que respondem a tal indagação já sejam mais fortes, porém, em se tratando de Brasil, tudo ficou muito prejudicado, sedimentando conceitos e opiniões básicas de nossa historiografia que não nos dá uma visão crítica.

E esta visão crítica que nos estava faltando chega, através de Bárbara e Stanley Stein, em “A Herança Colonial — Ensaios de Dependência Econômica”, quebrando a historiografia oficial e desnudando o saque feito ao Novo Continente, desde o seu descobrimento, pondo a nu sempre a associação das classes dominantes com o apoio dos poderes imperiais e que nos levam a inúmeras indagações e nos sugerem inúmeras

* Mestranda do Curso de P. G. em História da PUCRS.

respostas para a pergunta suscitada. Os mecanismos de poder, os modos de produção e os sistemas de expropriação que nos são comumente apresentados como produtos do fatalismo, durante a conquista e colonização, foram legados a um continente que, por ter faltado consciência às estruturas reinantes, ainda vive de uma Herança Colonial dependente.

"Há dois lados na divisão internacional do trabalho: uma em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializam em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder..."².

"Para compreender o tipo de organização econômico-social que se formou na América Latina é necessário se ter em conta que se bem a colonização se processou em condições de oferta ilimitada de terras, todas aquelas terras, que podiam ser utilizadas para a criação de um excedente econômico, eram automaticamente transformadas em propriedade privada de uma pequena minoria"³.

"Tudo se transforma em capital europeu"⁴.

E, aqui, a denúncia dos ensaístas de que o status anômalo de vida Ibérica, dependentes de franceses e ingleses, modelou suas possessões coloniais. A Inglaterra que teve, na época, século XV-XVI, um crescimento derivado de reformas estruturais internas e de políticas nacionais vinculadas, em sua maioria, às atividades comerciais e fabris vai, já no século XVI, competir com a Espanha e Portugal, dirigindo seu comércio de bens ao mercado interno ibérico e a reexportação para as colônias.

A França utiliza outros meios que não a agressão territorial. Insiste na sucessão espanhola por um Bourbon para o trono espanhol, após a morte de Carlos II, e deixa evidente "o frágil estado da grandeza espanhola", quando da guerra entre Habsburgos e Bourbons.

Ao relembrarmos tal fato, procuramos complementar a idéia dos Stein de que Portugal e Espanha, ao se tornarem Estados Imperiais, estavam imperfeitamente organizados, orientados para a importação de bens e exportação de matérias-primas e carentes de uma burguesia capitalista mercantil, capaz de estimular o crescimento interno.

Segundo o presidente dos Estados Unidos, W. Wilson, um país é possuído e dominado pelo capital que nele se tenha investido. No século XVI, a Inglaterra encerra Portugal e sua colônia brasileira numa verdadeira "teia" através do mais nefasto dos Tratados, o de Methwen. Não haverá mais condições de serem modernizadas as estruturas internas, e se vêem submetidos a concessões tarifárias sobre as importações de suas manufaturas e a fortalecer a posição, de senhora absoluta, da Inglaterra.

Por outro lado, parece-nos que a Espanha não se achava apta a romper com seu passado medieval. E os séculos XV-XVI viam um processo de mudança nas posições ocupadas pelos Estados Europeus. Portugal e Espanha alcançam a prosperidade com a expansão marítima, mas se transformam em economias dependentes, gerando colônias dependentes... apesar das elites comerciais e aristocráticas preservarem o estilo de vida a que se acostumaram.

Ao analisarmos o discurso sobre o capítulo da economia colonial, apreciamos que a história do subdesenvolvimento latino-americano integra a história do pré-capitalismo mundial.

Para Celso Furtado "o subdesenvolvimento é uma criação do desenvolvimento, isto é, uma conseqüência de impacto, em um número de sociedades, de processos técnicos e de forma de divisão de trabalho mais aprimorado. A relação que se estabelece entre esses dois tipos de sociedade envolve formas de dependência que tendem a autopropetuar-se"⁵.

Como é possível que as terras, de onde se extraíam metais em volume suficiente para revolucionar a economia européia, fossem cronicamente privadas de dinheiro? É mais uma indagação que os ensaios suscitam. Deixando de lado a cota apropriada pela coroa sob a forma de impostos, era necessário orientar para a Metrópole — mediante o intercâmbio comercial — a maior parte desse tesouro que acabava sendo sorvida pelos países do Atlântico Norte. As conseqüências desse sistema, parece-nos, para a economia ibero-americana eram múltiplas e tanto mais graves quanto mais essa situação se via favorecida por dados geográficos. Para tanto, as coroas organizaram uma economia baseada no indígena, inicialmente, tendo em vista as vantagens da Metrópole o que foi base de um equilíbrio sempre instável e cheio de tensões. Além da conquista de metais havia o interesse em homens e territórios. Era a organização da economia colonial, após a conquista.

Para a indústria da mineração e para as atividades agrícolas e artesanais. Sobre a terra e o trabalho funda-se um modo de vida senhorial, que até o século XIX conserva aspectos contraditórios de opulência e miséria.

A observação põem em manifesto a preeminência dos problemas deixados pela Herança Colonial, onde a mineração transformou-se em economia exportadora, e deixou uma das principais heranças sócio-econômicas no continente latino. A orientação exportadora — traço dominante da economia em questão — foi produto da mineração e foi exatamente em função dela que se criaram os subsetores da lavoura e pecuária voltados para as grandes propriedades. Estava sepultada a cultura ameríndia, colocada como vassala das monarquias ibéricas.

Os Ensaio de Dependência Econômica mostram aqui as conseqüências imediatas, entre elas, o declínio demográfico mais desastroso, jamais registrado pela História Ocidental em decorrência do choque cultural, da mita e da escravidão por dívidas, sem contarmos as doenças trazidas pelo europeu.

Os senhores de terra dominavam indubitavelmente amplas esferas de sociedade colonial; não haviam, porém, conquistado uma posição de igual predominância no conjunto da economia ibero-americana.

A catástrofe demográfica provocou transformações ainda mais importantes no setor agrário. A grande propriedade rural, orientada para a exportação, floresceu no Império Espanhol, a partir do século XVIII.

Com o bom acesso às fontes bibliográficas, que tiveram os ensaístas, a afirmação de que foi a América Portuguesa que criou o protótipo da agricultura de exportação no novo continente, identificou a grande plantação como a segunda variante da grande propriedade rural. Compararam à mineração a plantação como empresa do Novo Mundo, alimentada por estímulos inteiramente europeus e a identificaram como um exemplo excelente de especialização econômica, no caso brasileiro com o protótipo: engenho, que permitiu Portugal a efetiva ocupação e colonização do território colonial.

O ponto de partida da economia agrícola latino-americana foi, portanto, a grande empresa com vistas à criação de um excedente, que se exportava no caso de alguns produtos tro-

picais, ou que se destinava às zonas minerais ou aos núcleos urbanos.

Outro fator levantado pelos ensaístas consiste na compreensão do tipo de organização econômico-social que se formou na América Latina, onde ficou evidenciado ser necessário ter-se em conta que, apesar da colonização se processar em condições de oferta ilimitada de terras, todas aquelas terras que podiam ser utilizadas para criação de um excedente econômico eram automaticamente transformadas em propriedade privada de pequena minoria.

Nos ensaios de desenvolvimento econômico da América Latina, toma-se como ponto de partida, de maneira geral, a inserção das economias nacionais, aqui, não foram ignoradas as características da realidade social e política da região em foco. "A história se fez por caminhos distintos daqueles que assimilavam as profecias dos economistas clássicos"⁶.

No caso latino-americano, a realidade social e política apresenta peculiaridade, sem cujo conhecimento dificilmente se conseguiria explicar o comportamento da dependência econômica. Nos ensaios, ficou clara a premissa de que sendo um instrumento de dominação do poder metropolitano, exercido à distância sobre uma sociedade em que prevaleciam certas formas de descentralização (sistema econômico), o Estado se configurou na época colonial como uma forte burocracia, a qual veio a constituir um dos elementos essenciais da estrutura social-urbana.

Em todo o discurso os Stein demonstram as características peculiares da dependência econômica, mesmo na fase das exportações, mas invocam a negativa quanto a ver no desenvolvimento latino-americano do século XIX e XX uma fase de transição, para estruturas capitalistas do tipo que hoje conhecemos na Europa e Estados Unidos.

Demonstram que o desenvolvimento, a partir de 1955, da sociedade e da economia latino-americanas serviu apenas para corroer a posição daqueles que depositavam suas esperanças na mudança pela evolução, e fortaleceram, por seu turno, as postulações estruturalistas que defendiam que o progresso latino-americano requer transformação radical na política econômica, na alocação e uso dos recursos e na natureza e funcionamento do sistema político.

Finalmente, de forma sintética, concluem que o continente latino, como um bloco, ainda não superou as barreiras da estrutura social, econômica e política que a caracterizavam ao findar-se o século passado, afirmando que a área atravessa hoje uma fase de neocolonialismo amadurecido.

APRECIÇÃO CRÍTICA

A Herança Colonial da América Latina se constitui numa obra recheada de ensaios de dependência econômica, onde seus autores, os Stein, fazem uma tentativa de sistematização de idéias sobre o assunto, incluindo juízos de valor sobre o tema em questão.

Demonstra, apesar de não ser um estudo definitivo, uma vez que são ensaios, ampla cultura por parte dos autores e uma grande maturidade intelectual.

É um comentário livre, com linguagem austera, um pouco prejudicada na tradução, mas exata naquilo que os autores pretendem alcançar, o que fizeram com fino sentido de rigor, uma vez que as citações bibliográficas são inúmeras e as fontes bem determinadas.

Cada passo da exposição conduz ao passo seguinte, numa gradual apresentação de fatos, problemas ou soluções interpretativas particulares até atingir as afirmações fundamentais.

"Dividir para dominar" já diziam os antigos. Os Stein dividem a obra cronologicamente, analisando desde a conquista, século XV até o século XIX. Suas divisões permitem identificar claramente o núcleo central da questão.

A construção do texto é unitária apesar da função de cada um deles, pois todos se apoiam na estrutura geral de Herança Colonial.

O propósito da obra é de um diagnóstico da patologia econômico-social de um continente, dependente do europeu. Há clareza no sentido de suas propostas e de seus termos. Há uma ordem gradativa; a partir de argumentos mais simples, chegam aos mais consistentes.

São ensaios dirigidos àqueles que têm interesse na América Latina, desafiando-lhes, inclusive.

No conteúdo do discurso há a sugestão das origens da problemática latino-americana, nos tempos atuais, e é válido quando demonstra a importância do continente Novo no crescimento econômico da Europa, o chamado Velho Continente.

A origem e o desenvolvimento colonial e metropolitano, com suas projeções até o final do século XIX, sob o prisma sócio-econômico, são os ângulos levantados pelos professores de Princeton (Stanley e Bárbara Stein) que, nos parece, além de esclarecimentos, pretendem provocar discussões.

"Regiões Representativas" também são usadas, para esquadrihar a América Latina, voltando-se para a análise e a apreensão do processo de mudança econômica em curso.

A linguagem que usam é expressiva, uma vez que pretendem levantar polêmica sobre o que analisam. Muitas vezes, as proposições são transpostas, convertidas e contrapostas sem que altere o núcleo invariável de sua unidade significativa.

Especificam, particularizam e singularizam as suas afirmações baseadas em padrões de comportamento e em estruturas chaves.

Os autores motivados, provavelmente pela riqueza de experiência histórica latino-americana decorrente de uma diversidade de situações que cobre toda a gama contemporânea do subdesenvolvimento e todo o espectro de enfoque ideológicos, explicam o crescente interesse pela região tanto nos países chamados desenvolvidos como nos do Terceiro Mundo.

A obra nos traduz um interesse pela validade latino-americana e pela visão dessa realidade que vem sendo elaborada na região.

Os ensaios, que se seguem na obra, foram escritos com o propósito visível de ajudar o estudioso da área a formar uma idéia do perfil da herança colonial e de contribuir para ampliar a perspectiva dos estudos de desenvolvimento dentro de cada realidade latino-americana.

A obra se desdobre em três partes, divididas em seis capítulos, principiando em demonstrar que são 150 anos de existência nacional latino-americana, onde a dependência econômica e as dicotomias sociais internas parecem dispostas a legar ao futuro a herança do passado.

"A relação colonial... agrilhoou o colonizador e o colonizado em uma dependência implacável, moldou seus respectivos caracteres e ditou sua conduta"⁷.

Respira-se, por todo o trabalho, o ar de um continente caracterizado por um desempenho inadequado e que busca precisar as coordenadas do atraso, a partir do exame do processo de mudança econômica atuante sobre uma área dependente.

Situam, alguns dos ensaios, como característica digna de nota, além da dependência econômica, o atraso dos latino-americanos face às nações do Atlântico Norte. Destacam, com muita evidência, o hiato entre as comunidades coloniais e as metrópoles resplandescentes, entre a pobreza e o luxo, entre a tecnologia primitiva e sofisticada, entre a fome e a abundância.

A primeira parte do trabalho refere-se à época que se estende de 1500 a 1700: "A Europa e as estruturas de dependência". Nela Portugal e Espanha são apontados como Colônia e Império, uma vez que, segundo o discurso não passavam de meros acessórios econômicos da Europa.

No Capítulo I, a Inglaterra é identificada como o centro comercial e administrativo do século XVI e XVII.

No século XVIII a economia ibérica e ibero-americana achavam-se intensamente interligadas.

A França também é mencionada na competição pelo controle do comércio com o mundo ibérico.

Apresentam a Espanha como o doente europeu, em 1700, e Portugal como o esquecido. Os autores demarcam tal data como divisor de águas no processo de mudança nas posições relativas, ocupadas pelos Estados da Europa, pelo fato de que nestes 200 anos, entre a conquista e a colonização, Portugal e Espanha economicamente dependentes ou dominados realizaram sua expansão ultra-marina gerando áreas comerciais dependentes.

No segundo capítulo — "A economia colonial" vem demonstrar que a idade de ouro espanhola foi, em realidade, um tempo de conquista e não depaz; de prata e não de ouro.

"Nas áreas coloniais, de clima árido, as chamadas antigas civilizações caracterizavam-se pelo crescimento populacional,

pela especialização econômica e urbanização decorrentes do domínio e pela aplicação da tecnologia de controle da água, a agricultura de irrigação, sem dispor da roda, do arado, do homem ameríndio foi capaz de atingir o apogeu, através de uma agricultura intensiva".

Os ibéricos assentaram, segundo o ensaio, a economia em outro tripé: mineração, agricultura e pecuária e acima de tudo na grande propriedade fundiária, pagando tributo por tudo isso os índios, quer em espécie, quer sob a forma de trabalho!

Relatam que antes das grandes descobertas efetuadas pela mineração no século XVI, os principais empresários da conquista exigiam o pagamento de seus gastos pessoais, no tocante a equipamentos e riscos, sob a forma de tributos, mão-de-obra indígena e concessões reais de terras. Os espanhóis, especialmente, passaram a exploração das populações indígenas, colocando-as como vassalos da monarquia espanhola. As conseqüências imediatas da conquista e ocupação, dessa forma, foram desastrosas. Houve a remodelação da sociedade comercial em termos individualistas e voltados para o lucro.

Apontam uma segunda variante da grande propriedade rural: a plantação. O caso brasileiro do açúcar transformou-se no instrumento que permitiu a Portugal a ocupação do território colonial e foi um subsetor da economia européia, em especial da holandesa, nessa época. As mudanças de dominação econômica entre holandeses, ingleses e franceses não modificaram essa relação essencial com as áreas periféricas.

Aqui, é relatado o transplante do negro para a agricultura de exportação.

"Os escravos constituem as mãos e os pés do usineiro, sem eles, no Brasil, é impossível fundar, manter e ampliar uma plantação ou, sequer, operar uma usina"⁸.

Identifica a obra a ausência da liberdade pessoal que tornara-se, a partir de 1700, parte da herança colonial e parte da contribuição da África e da América para o desenvolvimento da liberdade na Europa Ocidental.

Na análise da herança colonial apontam ainda o efeito exercido pela preocupação com a mineração sobre a estrutura e o crescimento do sistema comercial colonial. A manutenção do sistema foi função do controle exercido sobre a atividade

mineradora de recursos naturais aparentemente inesgotáveis (ouro e prata) e do monopólio de distribuição desses mesmos metais.

A um atraso econômico foi gerada a formulação e a aplicação de novos mecanismos de controle. O padrão de centralização estendido à América tinha como fim último facilitar a coleta de taxas e impostos para os Estados Ibéricos.

Houve um transplante para as colônias dos defeitos estruturais da economia metropolitana.

Ao depararmos com o terceiro capítulo, "Sociedade e Estado", Stanley e Bárbara Stein encontramos uma verdadeira denúncia sobre a herança social da América Latina Colonial, quando além de sua rígida estrutura elitizante (riqueza — posição e poder) ao lado da massa empobrecida está a estratificação legada pela cor e pelos fenótipos.

O mosaico cultural formado na sociedade colonial do século XVII, na ocupação administração e exploração permitiu a construção de uma sociedade de superiores e inferiores, de senhores e de massas, de livres e de escravos sujeita à discriminação da elite branca ou quase branca.

Os ensaístas caracterizam a miscigenação como inevitável, o que identificam como um dado importante para a compreensão da história social latino-americana onde entre a elite branca e a massa indígena e negra aparecia "um ténue extrato de população desvinculada, consistindo de indivíduos resultantes da miscigenação entre brancos, indígenas e negros definidos como mestiços, mulatos e jambos" afirmam os autores. Tais indivíduos foram integrados no mundo capitalista e individualista do homem branco de forma mais direta do que os indígenas, dizimados no contato com os europeus.

A ampla mistura racial caracterizou a nova sociedade colonial que não reproduzia, em verdade, a sociedade ibérica metropolitana.

Ainda aqui, nesse capítulo, é abordado o papel do Estado que tem na figura do administrador, para os escritores, um dos traços mais salientes e duradouros de qualquer regime onde se materializa o poder metropolitano, é o preservador do sistema colonial.

Dão-nos uma visão de que o aparelho administrativo colonial ibérico constituía uma estrutura, que entrelaçava objetivos do Estado aos da iniciativa privada, visando legitimar a conquista e a colonização — “o direito de conquista”.

O ano de 1700 é também escolhido para delimitar e demarcar as feições da política colonial, onde os administradores encaravam, investidos de amplos poderes, os cargos públicos como legítimo instrumento de obtenção de interesses particulares à custa do bem estar da comunidade.

Ao encerrar este capítulo, a história da herança colonial não só explica o social e o político, mas o sócio-político se nutre na história para revelar o procedimento das estruturas atuais, reflexo dos dois séculos que os autores analisam.

A Segunda parte que consta de um capítulo, o quarto, aborda o século XVIII.

“O comércio mundial floresce às custas dos povos da América e de seu imenso trabalho; as riquezas que extraem do seio da terra, entretanto, não permanecem em seu poder”⁹.

Com acuidade, os ensaístas de Princetion, apontam os anos de 1807 e 1808 como “uma fase decisiva para a América Ibérica, demonstrando que os estados coloniais, com suas economias dependentes ou voltadas para o exterior, tem como destino uma ruptura estimulada pelo agente externo desde que as pressões internas aproximem-se desse mesmo ponto de rompimento”.

A intranquilidade social latino-americano, ao longo do século em estudo, foi identificada como a continuação dos conflitos em torno do acesso à propriedade e ocupação que, esboçados no século XVIII, explodiram nas lutas pela independência e acabaram sendo suprimidas pela elite, após 1824. As lutas sociais que, hoje, a América assiste, para os ensaístas é uma conseqüência irremediável do passado colonial.

Finalmente, chega-se, por força de uma limitação imposta a tudo que é erudito, à última parte, a III onde “A base econômica do neocolonialismo” se constitui o centro dos enfoques. Dois são os capítulos abordados, sendo que no V Capítulo fica saliente o paradoxo do inadequado nível e a divisão dos recursos potenciais de exploração econômica, o que levava a sugerir que a área em estudo não deveria ser dependente por

muito tempo, porém as nações ex-coloniais não escaparam de imediato à herança da dependência.

As questões voltadas para a mudança são questionadas a partir de duas perspectivas:

- a) estruturas econômicas;
- b) estruturas políticas.

As áreas de estudo particulares, escolhidos pelos ensaístas foram Argentina, Brasil e México.

Concluem sobre tal aspecto que a herança colonial reforçada por fatores externos e internos produziu uma forma de crescimento econômico não acompanhado de apreciável mudança política por todo o século passado.

Quanto ao social, constatam que houve a perpetuação da elite e a preservação da estratificação e que, revendo o passado e revisando o presente, o desenvolvimento ocorrido no século XX perpetua estruturas neocoloniais e não facilita a transformação.

A obra inclui um epílogo, onde chegam à conclusão da síntese da evolução latino-americana até o término do século XIX, enfatizando a permanência de determinadas instituições, valores e atitudes ao longo do tempo, levantando a questão: "Será a moldura neocolonial aplicável, como instrumento de análise ao desenvolvimento latino-americano no atual século, especialmente nas décadas que se seguiram? Ou dispensam a referência à sobrevivência do neo-colonismo?"

Antes de encerrarmos esta análise sintética ainda ressaltamos que os autores consultaram exaustivamente inúmeros documentos e escritores e os selecionaram numa ordenação honesta. Demonstram ao final as fontes e bibliografia e informam que dividiram a pesquisa em etapas.

Os títulos, por elas indicados, foram selecionados a partir de vasta bibliografia que apresentam como sugestão: a **Península Ibérica**, com obras abrangentes voltadas para as nações peninsulares; — As colônias ibero-americanas, 1500-1800 — quando vasculharam, ao que se pode perceber, os trabalhos clássicos e sínteses mais recentes no tocante às instituições políticas, econômicas e sociais da era colonial; A América Latina neocolonial — século XIX — contaram com publicações

que enfatizam os fatores sócio-econômicos nas guerras de independência e em trabalhos orientados em direção à América Latina Contemporânea e que enfatizam a continuidade das estruturas de dependência; — Brasil — Argentina e México — obras e estudos clássicos e recentes.

Pode-se observar que a organização dos Ensaios de Dependência Econômica advieram de uma confecção artesanal que se transforma num bom, acessível e compreensivo ensaio de formulações examinadas, explicadas e de questões denunciadoras e desafiantes, para quem se propõe ao estudo da História Ibero-Americana.

CONCLUSÃO

Todo o mecanismo dos ensaios aqui levantados é tal que leva às conclusões interrogativas, incluindo propostas e estabelecendo previsões a respeito de resultados de futuras pesquisas, insinuações referentes ao desenvolvimento futuro das idéias formuladas ou recomendações de estudos posteriores indicando, em seu "epílogo", problemas de solução ainda pendente.

Os princípios levantados levam a proposições bem colocadas, sempre precedidas de expressões, como: **possivelmente, salvo, provavelmente...** mostrando o conhecimento dos ensaístas quanto à formalização do princípio que muitas vezes não tem validade universal.

O acesso às fontes, pela descrição da bibliografia, demonstrou que foi bastante grande, dividindo o campo de estudo em três regiões distintas: Brasil, México e Argentina.

Ao identificarem os problemas de dependência econômica utilizaram soluções lógicas, satisfazendo ao estudioso que lança mão-de-obra.

Alguns períodos se estenderam ao longo de muitas linhas, tornando o texto pesado e o pensamento um pouco truncado.

Usaram e abusaram dos símbolos através da introdução dos capítulos através de trechos de textos universais sobre os assuntos a serem descritos e não se preocuparam em evitar expressões de mero efeito exterior, porém, não se distanciaram da correção de raciocínio e da preocupação com a verdade.

Não é obra apenas para especialistas. É, também, para o grande público que nela aprenderá muito do que convém saber e pensar sobre economia e sociedade, além de ver a preocupação em cada um dos ensaios de não só identificar, mas de demonstrar os motivos por que tal desenvolvimento não convém aos países do Hemisfério Ocidental. Se constitui numa ampla visão histórica, pondo em foco os problemas fundamentais que a América Latina apresenta na atualidade. Expostos nos ensaios estão os fatores externos e internos, impeditivos do desenvolvimento, levando a soluções, todas elas, como acentuam os autores, de dependência sócio-econômica.

Parece-nos que grande parte das idéias expostas constituem parte de um corpo de pensamento comum a muitos latino-americanos que hoje se interrogam a respeito do futuro de seus países.

Pareceu-nos, na leitura, uma tentativa, lúcida e bem sucedida de explicação teórica global para os fenômenos interligados de subdesenvolvimento econômico e dependência, notadamente do ângulo dos efeitos da herança colonial. Na Introdução da obra deixaram bem claro: "A América Latina parece disposta a legar ao futuro a herança do passado."

Ao lado de tal vaticínio demonstram sinais irreconciliáveis com o passado e sugerem origens da ação voltada para a mudança nessa área.

O trabalho teria uma amplitude ainda maior, se os autores atingissem também o político de forma mais acentuada, uma vez que entendemos que aos problemas de dependência sócio-econômica se acrescenta como de significativa importância, para a área em estudo, as tarefas de caráter político, implicando modificação de estruturas de poder e redefinição do Estado.

NOTAS

- 1 A. Von Humboldt, "Essai Politique" — 1807.
- 2 Eduardo Galeano, *As Veias Abertas da América Latina*, p. 1-3.
- 3 Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, p. 57.
- 4 Eduardo Galeano, *As Veias Abertas da América Latina*, p. 15.
- 5 In: *Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*, Editora Civilização Brasileira, p. 8.
- 6 Celso Furtado, *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*, p. 10.
- 7 A. Memmi, *O Colonizador e o Colonizado*. 1965.
- 8 João Antonio Andreoni — *Cultura e Oportunidade do Brasil* — 1708.
- 9 Memória encaminhada ao Vice-Rei do México, 1723.